O POLIAMOR COMO ARRANJO FAMILIAR E O SEU RECONHECIMENTO PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

POLYAMORY AS A FAMILY ARRANGEMENT AND ITS RECOGNITION BY THE BRAZILIAN LEGAL
SYSTEM

Rafaella de França Krinert¹

Zilda Mara Consalter²

Resumo: Partindo da premissa epistemológica de que atualmente existem diversas espécies de arranjos familiares, a investigação incide de maneira especial sobre o poliamorismo. Tem por objetivo conceituar, de forma geral, o que seria poliamor, bem como faz uma análise da (in)observância de tutela e garantia de direitos a essa relação por parte do Estado, principalmente no que tange o reconhecimento dessa como entidade familiar; possibilidade de analogia ao casamento e a união estável e questões relacionadas ao Direito Sucessório e a filiação. Para a consecução da pesquisa, o método de abordagem adotado foi o dedutivo, com suporte das técnicas de documentação indireta (doutrina, legislação e jurisprudência). Complementarmente, foi feito, também, neste estudo, um resgate histórico das formas de organização da família, a fim de auxiliar o entendimento acerca dos motivos pelos quais o poliamor ainda permanece à margem da sociedade e do ordenamento jurídico nacional.

Palavras-chave: Poliamor. Poliafetividade. Novos arranjos familiares.

Abstract: Starting from the epistemological premise that currently there are several types of family arrangements, the investigation focuses in a special way on polyamory. Its objective is to conceptualize, in a general way, what would be polyamory, as well as an analysis of the (in)observance of guardianship and guarantee of rights to this relationship by the State, especially with regard to its recognition as a family entity; possibility of analogy to marriage and stable union and issues related to Succession Law and parentage. To conclude the research, the method of approach adopted was deductive, with support from indirect documentation techniques (doctrine, legislation and jurisprudence). In addition, in this study, a historical review of the forms of family organization was also carried out, in order to help the understanding of the reasons why polyamory still remains on the margins of society and the national legal system.

Keywords: Polyamory. Polyaffectiveness. New family arrangements.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

² Doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Artigo recebido em: 09 mar. 2021 – Artigo aceito em: 23 abr. 2021.

1 Introdução

Nos últimos anos, em especial nesta época que se convencionou chamar de pós-modernidade, percebe-se intensas mudanças sociais de modo geral e, conseqüentemente, o mesmo ocorre com o Direito - que tem um papel de caminhar lado a lado a essas variações, a fim de garantir uma legislação não ultrapassada e que não despreze as realidades fáticas existentes.

Nesse contexto, mesmo a família, que é uma estrutura tão primária e íntima, sofreu (e continua sofrendo) profundas transformações. É notável que o Direito das Famílias passou a ser amparado legalmente pelos princípios da dignidade humana e igualdade entre todos, ambos dispostos na Constituição de 1988. Assim, teoricamente não é mais aceito hoje, por exemplo, um tratamento de submissão e inferioridade da mulher puramente pelo seu gênero. Nessa linha, faz-se mister evidenciar que em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo, ao julgar a ADI nº 4.277, admitindo desse modo uma pluralidade de entidades familiares, deixando de lado a concepção tradicionalista de família formada apenas por um homem e uma mulher como mencionado nos artigos 1.514³ e 1.723⁴) do Código Civil, que tratam de casamento e união estável, respectivamente.

Desse modo, a compreensão do conceito de família no julgado foi muito pautada em um elemento subjetivo: o afeto. Tanto a doutrina quanto a jurisprudência têm entendido o princípio da afetividade como fundamento para o Direito das Famílias, quer dizer, percebe-se como um princípio básico característico de uma entidade familiar.

E a partir dessa fundamentação, várias entidades familiares até então desprezadas pela lei, como as uniões homossexuais por exemplo, passaram a ser amparadas legalmente. No entanto, existem ainda, nos dias de hoje, vínculos familiares reais e guiados pelo afeto que perduram à margem do ordenamento jurídico, como é o caso do poliamor.

As relações poliamorosas, que ocorrem há muitos anos, têm não só sido um tema frequentemente debatido pelas pessoas na *internet*, pessoalmente e/ou na mídia, bem como cada vez mais existem pessoas dispostas a deixar de lado a exclusividade afetiva e sexual em busca de

³ CC/02. Art. 1.514. O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

⁴ CC/02. Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

uma nova maneira de relacionar-se: muitas pessoas descobrem o poliamor como a maneira perfeita de familiarizar-se com a(s) pessoa(s) amada(s).

Cabe ressaltar que o poliamor é uma relação pautada no afeto, independente de quantas pessoas estão na relação, isto é, o princípio da afetividade está presente em relações poliamorosas. Sendo assim, qual a justificativa desta relação permanecer excluída de amparo legal e não ser considerada como uma entidade familiar?

Nesse sentido, cabe analisar se de fato há uma impossibilidade de considerá-la como tal ou se verdadeiramente há uma indisposição de garantir direitos a arranjos familiares considerados fora do padrão por fundamentos puramente ideológicos, religiosos e preconceituosos.

Esta análise será no sentido de exemplificar de forma dinâmica e adequada o poliamor e elucidar a capacidade da aplicação da analogia à união estável e ao casamento civil as relações poliamorosas, argumentando de forma científica e não valorativa a possibilidade do reconhecimento do poliamor como uma entidade familiar.

Portanto, este se mostra como o problema de pesquisa e é a razão pela qual se justifica a presente investigação, que se concretizou por meio da aplicação do método dedutivo de abordagem e com o suporte das técnicas de pesquisa, preponderantemente, as de cunho documental indireto (notadamente a legislativa, doutrinária e jurisprudencial).

2 Breve evolução histórica

A família evoluiu e continua em um constante processo de transformação desde os primórdios da civilização; da mesma maneira seu conceito também sofreu - e sofre – mutações, tornando-se essencialmente mais aberto, cabendo ao Direito o papel de acompanhar as novas realidades sociais existentes.

Dito isso, cabe fazer um resgate histórico da (teórica) origem da família, afinal não é possível demonstrar a existência das famílias primitivas com base em testemunhos e documentação diretos. A teoria científica fundamental para a compreensão da origem das famílias é a obra de Friedrich Engels: “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”. Engels (2020, p. 37 e 38) aprimorando os estudos de Lewis Morgan inicialmente defende que primitivamente cada filho possuía vários pais e mães, ou seja, que os homens praticavam livremente a poligamia e as mulheres a poliandria e que devido a uma série de transformações formam-se gradativamente as famílias

consanguíneas, punaluanas, sindiásmicas e, finalmente, resulta na família monogâmica que se conhece hoje.

Engels (2020, p. 44) classificou a primeira etapa de família como consanguínea na qual todos os avôs e avós são maridos e mulheres entre si e o mesmo sucedendo com seus filhos, dessa forma, os ascendentes e descendentes são os únicos reciprocamente excluídos do matrimônio. Irmãos e irmãs, primos e primas casavam-se entre si. “O vínculo de irmão e irmã pressupõe, por si, nesse período, a relação carnal mútua” (ENGELS, 2020, p. 45).

A segunda etapa é chamada de punaluana e substituiu a forma anterior de família, passou-se a excluir não somente os pais e filhos de relações sexuais recíprocas, mas também os irmãos reciprocamente. Foi uma etapa que ocorreu pouco a pouco e provável que primeiramente tenham-se excluídos irmãos uterinos, isto é, por parte de mãe, para então a exclusão até mesmo dos irmãos colaterais, primos carnais de primeiro, segundo e terceiro grau na linguagem de parentesco atual usada por nós (ENGELS, 2020, p. 46). Outra característica importante é a existência de casamentos por grupos, em que não se era possível saber com certeza quem era o pai das crianças, apenas a mãe, sendo assim havia a prevalência do direito materno.

A etapa seguinte diz respeito à família sindiásmica, que surgiu devido às crescentes complicações das proibições de casamento, como a proibição do incesto, que tornavam cada vez mais impossíveis as uniões por grupos, concretizando assim a extinção do matrimônio grupal. Dessa maneira, nessa organização familiar já se formavam familiaridades por pares, de duração média a longa. Nessa etapa é característico também o papel das mulheres como a grande força dentro dos clãs. Havia o lar comunista, ou seja, com o predomínio da mulher no lar, podendo inclusive mandar o homem embora da casa.

Da passagem da família sindiásmica para a família monogâmica tem-se causas diversas das apresentadas anteriormente. A criação de animais e a domesticação do gado, no Velho Mundo, criaram relações sociais completamente novas, surgindo em conjunto a chamada “propriedade privada dos rebanhos” (ENGELS, 2020, p. 65). Com o aumento concentrado de riquezas e conversão destas em propriedade particular das famílias, o homem passou a ter uma posição privilegiada e mais importante que a da mulher, conseqüentemente uma nova ordem de herança em proveito de seus filhos foi estabelecida, melhor dizendo, houve a abolição da filiação feminina e do direito hereditário materno.

A família monogâmica é, portanto, baseada no predomínio do homem e no pertencimento de corpo e alma da mulher a este. Os casamentos tornaram-se atos de conveniência econômica visando o triunfo da propriedade privada. A monogamia, além de restrita apenas às mulheres, objetivava a preponderância do homem na família e a procriação de filhos legítimos, de modo algum foi fruto de sentimentalismo ou do amor sexual individual.

Claude Lévi-Strauss em sua obra “As estruturas elementares do parentesco” retrata também os diferentes tipos de organizações familiares no decorrer do tempo e como se organizavam: quem podia casar com quem e a evolução da proibição do incesto; sistemas matrilineares e patrilineares; questões referentes a filiação, etc. Muitas passagens de sua obra vão ao encontro as passagens da obra de Engels.

Veja-se trecho da obra em referência: “[...] o laço de reciprocidade, que funda o casamento, não é estabelecido entre homens e mulheres, mas entre homens por meio de mulheres, que são somente a ocasião principal” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 155).

Um grande ponto em comum entre os autores é que de certa forma ambos reconhecem o papel de subalternidade da mulher que antes era propriedade de seu pai e, por meio do casamento, passava a ser propriedade de seu marido.

Por este e outros motivos, a família monogâmica calcada no casamento, na procriação e na subordinação da mulher ao homem foi o modelo institucionalizado pelo Código Civil de 1916 no Brasil, sendo esta a única forma de constituição familiar aceita. A legislação refletia a realidade da época, ou seja, a família tinha um caráter extremamente patriarcal, hierarquizado e o casamento era indissolúvel. Pode-se destacar também a forte influência religiosa nesse período. Tanto é fato que foi necessário o uso de manobras jurídicas para se conseguir formalizar o divórcio no Brasil, o que veio a ocorrer apenas em 1977, eis que, até esse ano, a única opção para quem não mais queria seguir uma união matrimonial era o desquite:

A resistência do Estado em admitir outros relacionamentos era de tal ordem, que a única possibilidade de romper com o casamento era o desquite, que não dissolvia o vínculo matrimonial e, com isso, impedia novo casamento (DIAS, 2015, p. 145).

O constante processo de evolução e mudanças da família obrigou o Direito a caminhar no mesmo sentido, resultando em diversas alterações legislativas. Nessa linha, pode-se destacar,

primeiramente, a instituição tanto do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/62) quanto do divórcio (Emenda Constitucional 9/77 e a Lei 6.515/77). Entretanto, foi a Constituição de 1988 que trouxe a mudança mais expressiva materializando princípios como da igualdade, liberdade e da dignidade da pessoa humana, não tolerando mais o preconceito existente até então. Consequentemente, houve a adequação de parte dos valores do Código Civil àqueles dispostos na Constituição de 1988 e especialmente uma mudança de paradigma no Direito das Famílias, passando agora o enfoque do patrimônio para o indivíduo. Alterou-se não só o vocábulo de “Direito de Família” para “Direito das Famílias”, afinal na realidade fática existia mesmo mais de uma forma de se constituir família, uma entidade familiar não era mais limitada apenas pelo casamento.

Com a contínua passagem do tempo, as transformações no seio familiar continuaram a se processar. O conto de fadas familiar de que um casamento monogâmico, perfeito e indissolúvel era o segredo para uma vida feliz e realizada cada vez mais foi - e vai - caindo por terra.

Dados estatísticos comprovam um aumento da taxa de divórcios a cada ano, de 2017 para 2018, por exemplo, houve um aumento de 3,2% no número de divórcios (UOL, 2019), se mais além analisarmos as taxas de divórcio durante a quarentena decretada pelo novo coronavírus em 2020 veremos que apenas em maio e junho desse ano foi registrado um aumento de 18,7% (UOL, 2020). A busca e o fracasso pela monogamia e por um único e verdadeiro amor para sempre já causaram muita dor e decepção, essencialmente porque muitas pessoas confundem monogamia com amor ou tendem a crer que existe apenas uma maneira de relacionar-se com as pessoas: “Monogamia e amor são coisas distintas, estamos obcecados pela ideia que são sinônimos e que não existe um sem o outro. Amor é um sentimento, monogamia é uma regra” (MONOGAMY, 2018).

3 Delineamento conceitual do poliamor

O poliamor manifesta-se então como uma maneira alternativa de se amar, comprovando que amor e monogamia são duas coisas diferentes. A definição generalizada é que poliamor é uma espécie de relacionamento não monogâmico em que duas ou mais pessoas têm um relacionamento íntimo com o consentimento e o conhecimento de todos os envolvidos.

Contudo, na verdade o significado de poliamor é bem contestado e não há uma definição exata (KLESSE, p. 567). Dar-se-á um enfoque aqui a algumas definições: uma de um dicionário

propriamente dito, uma definição encontrada no contexto acadêmico na área da psicologia, outra na área da sociologia e por último ainda uma definição de um Juiz de Direito.

Pelo dicionário de português brasileiro Michaelis poliamor é:

Tipo de relação ou atração afetiva em que cada pessoa tem a liberdade de manter vários relacionamentos simultaneamente, negando a monogamia como modelo de fidelidade, sem promover a promiscuidade. Caracteriza-se pelo amor a diversas pessoas, que vai além da simples relação sexual e pela anuência em relação à ausência de ciúme de todos os envolvidos nessa relação. O propósito do poliamor é amar e ser amado por várias pessoas ao mesmo tempo (POLIAMOR, 2015).

Já numa dissertação da área de Psicologia clínica, ensina-se que:

[...] o poliamor como opção ou modo de vida, defende a possibilidade prática e sustentável de se estar envolvido de modo responsável em relações íntimas, profundas e eventualmente duradouras com vários parceiros simultaneamente (REIS, 2017, p. 16).

Para a Sociologia, por seu turno, a definição de “Poliamor é um termo que designa a possibilidade de estabelecer múltiplas relações afetivas e sexuais de forma concomitante, igualitária e consensual” (PILÃO, 2013, p. 505).

Por último, aponta-se uma definição na área jurídica elaborada por um Juiz de Direito:

[...] pode-se definir o *poliamor* como sendo uma relação conjugal envolvendo simultaneamente mais de duas pessoas, de forma consensual, e onde os envolvidos vivem como uma única família, em comunhão plena de vidas. Ou seja, os requisitos básicos para a configuração de uma união poliafetiva são os seguintes:
a) convivência conjugal entre mais de duas pessoas; b) que a convivência seja pública, contínua e duradoura; c) que seja consensual e admitida por todos os envolvidos; e d) que haja o objetivo de constituir família (*affectio maritalis*) (PASSOS, 2014, p. 8).

Como visto, apesar dessa dificuldade de exatidão da definição da palavra poliamor, se analisados os exemplos acima e as diversas outras definições existentes, notar-se-á pontos em comum que ilustram o que é ou não uma relação poliamorosa. Para além disso, percebe-se que a maioria das definições interpreta no sentido da possibilidade de se sustentar várias relações amorosas, bem como da indispensabilidade de atitudes honestas e abertas na essência dessas relações.

Segundo Christian Klesse (2006, p. 571) a honestidade e o consenso são temas muito importantes dentro do discurso poliamoroso. O autor ainda acrescenta que outros elementos centrais do poliamor e extremamente ligados ao tema dominante da honestidade são a comunicação, a negociação, a autorresponsabilidade, a emotividade, a intimidade e a compreensão.

Visando o melhor delineamento do poliamor – mote deste tópico - convém explorar aqui alguns dos modelos mais conhecidos e diferentes entre si de poliamor, além de destacar também se estes podem ser considerados entidades familiares, em outras palavras, se estes modelos cumprem os requisitos básicos para se configurar uma família. Os modelos a serem expostos são quatro: a polifidelidade; o poliamorismo aberto; o poliamorismo com redes de relacionamentos íntimos hierarquizados e o poliamorismo individual.

A polifidelidade compreende uma relação em que três ou mais pessoas vivem um relacionamento íntimo. Em geral, moram juntos e convivem uns com os outros como fazem pessoas que estão em uma união estável ou casamento, a única diferença portanto é o número de indivíduos. Além disso, em regra, não há envolvimento íntimo e sexual com pessoas de fora do grupo. Com efeito, tem-se observadas todas as características de um casamento ou união estável padrão, diferenciando apenas na quantia de membros do relacionamento, logo a polifidelidade merece ser reconhecida como entidade familiar.

O poliamorismo aberto é aquele em que é permitido que todas as pessoas envolvidas tenham múltiplas relações de várias intensidades e diferentes tipos, “[...] os parceiros admitem a possibilidade da existência de outros parceiros ou relacionamentos”. (SANTIAGO, 2015, p. 196). Nesse modelo, é necessário a análise do caso concreto para concluir se é ou não uma entidade familiar. Se analisarmos um caso de poliamorismo aberto experimentado por dois parceiros em que haja o cumprimento dos requisitos constitucionais entre os dois, não há dúvidas que se configura como família, bem como se os eventuais relacionamentos destes com terceiros não são caracterizados pela afetividade e pelo ânimo de constituir família, é notório que não se pode falar em entidade familiar. Contudo, se um ou ambos os parceiros mantenham com terceiros uma relação pautada pela afetividade, pelo ânimo de constituir família e respeitando os requisitos constitucionais, tem-se ao menos duas entidades familiares: a originária (dois parceiros “originais”) e a derivada (parceiro(s) com terceiros). Cabe frisar aqui que as qualificações “originária” e “derivada” são puramente para facilitar a compreensão do que está sendo dito, afinal nenhuma é

melhor ou maior que a outra, ambas merecem especial proteção normativa. Logo, infere-se que nesta forma de poliamor é possível que se tenha uma família originária e várias famílias derivadas.

O poliamorismo com redes de relacionamentos íntimos hierarquizados é semelhante ao poliamorismo aberto, diferenciando-se principalmente pela existência de uma organização hierárquica, além disso enquanto o primeiro dá uma ênfase maior na hierarquia, no segundo importa mais a possibilidade de pluralidade de relacionamentos. No poliamorismo com redes de relacionamentos íntimos hierarquizados tem-se grupos de indivíduos com variados níveis de proximidade e compromisso que podem ser classificados como relações primárias, secundárias, terciárias, etc, de acordo com o nível de intimidade e convívio das pessoas envolvidas. Assim como no poliamorismo aberto, cabe analisar se há afetividade, ânimo de constituir família e aderência dos requisitos constitucionais para ser considerada uma entidade familiar.

Por fim, o poliamorismo individual ocorre quando se tem vários relacionamentos, porém, inexistindo um compromisso principal. Neste modelo de poliamor não há uma busca de um parceiro para um relacionamento a longo prazo. Dessa forma, a não existência do ânimo de constituir família, da promoção da personalidade e dignidade de cada membro pela afetividade e a ausência dos requisitos constitucionais básicos tem-se a não configuração deste modelo como família.

4 A axiologia das famílias aplicável ao poliamor

Fazendo uma retomada da influência da Constituição de 1988 na tábua axiológica do Direito Civil, a fim de conferir um certo aprofundamento ao assunto, evidencia-se que houve uma mudança muito mais expressiva do que as brevemente citadas anteriormente.

O conceito de família atualmente é um conceito muito mais flexível e tem-se a família não mais como fim e sim como meio, afinal esta existe em razão de seus membros e não estes em função daquela (SANTIAGO, 2015, p. 52).

Além disso, na pós-modernidade⁵ as entidades familiares passaram a ser reconhecidas como famílias eudemonistas: “A família eudemonista caracteriza aquela organização familiar que

⁵ O autor Eloisio Moulin de Souza (2012) em seu artigo “Pós-modernidade nos estudos organizacionais: equívocos, antagonismos e dilemas” faz uma análise dos aspectos ontológicos e epistemológicos relacionados à época contemporânea, por muitos chamada de pós-modernidade, bem como da variedade de conceitos existentes sobre o conteúdo. Em seu texto fica muito claro que entender a pós-modernidade não é simples devido a infinidade de autores que tratam direta ou indiretamente do tema, porém cumpre seu estudo afirmando que a pós-modernidade é ampla, não ficando restrita apenas ao campo do conhecimento e sim se estendendo a outros aspectos da vida humana em

busca a felicidade individual e vivencia um processo de emancipação de seus membros” (SANTIAGO, 2015, p. 52).

Além disto, como ressalta Caio Mário da Silva Pereira, o Direito das Famílias abrange 3 esferas de relacionamentos: os pessoais, os patrimoniais e os assistenciais, fatores que, tal qual ocorre com a família ortodoxa, também se aplicam às uniões estáveis, paralelas e, por que não afirmar, às uniões poliamorosas (SILVA PEREIRA, 2011, p. 38). Ou seja, o campo de aplicabilidade coincide com o de qualquer família já reconhecida pelo ordenamento jurídico pátrio.

Assim, além das relações abordadas, existem alguns princípios constitucionais que passaram a orientar o Direito das Famílias, tornando merecedoras de tutela jurídica várias organizações de pessoas até então excluídas da legislação. São os princípios: da dignidade da pessoa humana; da liberdade; da solidariedade familiar; da igualdade; da proteção a família; do pluralismo de entidades familiares; da mínima intervenção do Estado e da afetividade.

O princípio da dignidade humana instituído como fundamento da República pela ordem constitucional garantiu a primazia do indivíduo em detrimento de qualquer instituto, isto é, houve uma despatrimonialização ou repersonalização das entidades jurídicas (DIAS, 2015, p. 45). Cabe ao Estado não só se abster de praticar atos danosos à pessoa, mas, também garantir a promoção efetiva da dignidade de cada um.

A liberdade como princípio caminha lado a lado à dignidade, pois verdadeiramente diz respeito a um poder de decisão, um poder de escolha entre diversas oportunidades. Cada um é livre para escolher o modelo de constituição de seu próprio arranjo familiar, de modo que o agrade melhor como indivíduo.

A solidariedade familiar entende o que cada um deve ao outro (DIAS, 2015, p. 48), uma expressão de fraternidade e reciprocidade entre membros de uma mesma família. Além dos deveres, cada indivíduo tem direito a um tratamento igualitário e isonômico pautado no princípio da igualdade, não sendo razoável, portanto, qualquer distinção ou preconceito. A inferioridade da mulher, antes aceita por exemplo, hoje é rechaçada.

Além do mais, a importância da família para a sociedade fez com que a Constituição assegurasse especial proteção a esta em todos os seus aspectos, posto que esta garantia, em última

níveis políticos, econômicos, sociais, temporais e espaciais. Portanto, é essencial aqui reconhecer que a pós-modernidade é um movimento que se percebe desde mesmo no mais íntimo e cotidiano do ser humano que são suas relações interpessoais até nas ciências sociais aplicadas como o Direito.

análise, representa a dignidade da pessoa humana (SANTIAGO, 2015, p. 181), afinal a família é um meio de promoção da personalidade de seus membros independentemente do modelo familiar que ela esteja estruturada.

O princípio do pluralismo das entidades familiares ressalta a revolução que ocorreu na percepção do Direito das Famílias com a Constituição de 1988, ou seja, os arranjos familiares diferentes do considerado padrão (homem e mulher casados com filhos) que antes eram invisibilizados e mantidos à margem do ordenamento jurídico passaram a ser tutelados. Houve um alargamento do conceito de família, conseqüentemente as entidades familiares plurais ganharam abrigo constitucional (SANTIAGO, 2015, p. 192).

Unido a este, o princípio da mínima intervenção do Estado nas relações familiares versa sobre o limitado papel do Estado em apenas garantir o exercício das mais variadas formas de identidades relacionais. Destaca-se que não há interesse público do Estado em definir uma forma de relacionamento aos cidadãos. Nem o Estado, nem a sociedade ou qualquer indivíduo possui poderes ou direitos de impor a monogamia a todos, por exemplo. A intervenção do Estado deve se dar no limite do constitucionalmente razoável e justificável (SANTIAGO, 2015, p. 192).

Por último cabe esclarecer o princípio da afetividade, princípio este que não só é um elemento central no Direito das Famílias pós-moderno, bem como exerce o papel fundamental de ser “o traço capaz de diferenciar a família de uma organização social não familiar” (SANTIAGO, 2015, p. 179), melhor dizendo, defende-se a primordialidade do afeto familiar para a existência de uma família. Deixou-se de lado as motivações econômicas para a formação de uma família para a priorização de motivações afetivas, com sentimentos, voltando de certo modo a origem das famílias em que se tinha a valorização da comunhão de vida e laços afetivos.

Portanto, nota-se que o que identifica uma entidade familiar atualmente não é a consanguinidade, nem a celebração de casamento ou mesmo a diferença entre os sexos, e sim um vínculo afetivo capaz de unir pessoas com anseios comuns gerando comprometimento.

Maria Berenice Dias é muito clara ao dizer:

O afeto não é fruto da biologia. Os laços de afeto e de solidariedade derivam da convivência familiar, não do sangue. Assim, a posse de estado de filho nada mais é do que o reconhecimento jurídico do afeto, com o claro objetivo de garantir a felicidade, como um direito a ser alcançado (DIAS, 2015, p. 53).

Entretanto, importa declarar que nem todo afeto dá origem a uma entidade familiar. Mesmo a afetividade sendo de extrema importância para a existência de uma família ela por si só não basta. É imprescindível o afeto qualificado como elemento volitivo, isto é, a vontade de formar uma família, em conjunto com alguns dos princípios constitucionais já mencionados. Para se ter uma entidade familiar importa que se tenha afetividade, solidariedade, igualdade, liberdade e um ambiente plural, a fim de se promover a dignidade humana e, conseqüentemente, permitindo a realização e a felicidade plena de cada indivíduo.

Por outro lado, também é importante também explicar, neste momento, o mito da monogamia pois, diferentemente dos requisitos e princípios citados acima, a monogamia não é uma condição para se ter uma entidade familiar. Assim como não se deve cometer o equívoco de atribuir significados sinônimos para amor e monogamia, visto que um é um sentimento enquanto o outro é uma regra criada, não se deve, também, tratar a monogamia como um princípio constitucional norteador do Direito das Famílias.

A monogamia está situada no campo axiológico (de valores) em que cada indivíduo possui sua própria escala valorativa e os aplicam à bens e pessoas da maneira que acreditam ser a melhor. O Estado, diante do princípio da intervenção mínima no Direito das Famílias, não pode impor a fidelidade exclusiva a todos os casais.

[...] não há como considerar a monogamia como princípio constitucional, até porque a Constituição não a contempla. Ao contrário, tanto tolera a traição que não permite que os filhos se sujeitem a qualquer discriminação, mesmo quando se trata de prole nascida de relações adulterinas ou incestuosas (DIAS, 2015, p. 42).

É inadmissível que o Estado ou qualquer pessoa imponha uma maneira correta de se relacionar baseada em algo tão pessoal e volúvel como a monogamia, que além de ser uma regra sobretudo é um valor de cada pessoa. A Constituição já não tolera discriminação com filhos de fora do casamento, fora da monogamia tradicional, portanto há de se reconhecer que não existem motivos de discriminação para com relacionamentos não monogâmicos.

5 O quanto já avançou o ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao poliamor?

Como já demonstrado, o Direito das Famílias emancipou-se a tal ponto que toda organização de pessoas, inclusive organizações poliamorosas, que tenham vínculos de afeto e se

configurem dentro dos requisitos constitucionais básicos não só podem ser consideradas uma entidade familiar como devem, sendo papel primordial do Estado tutelar essas famílias e garantir seus direitos.

Além disso, pode-se também citar a ADI nº 4277, de maio de 2011, em que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo, representando assim a anuência por parte do legislador de múltiplas possibilidades de arranjos familiares baseados no afeto.

Entretanto, antes de conseguirem amparo legal, os casais homoafetivos já há muito lutavam. Vários recorriam aos Cartórios, numa tentativa de garantir alguns direitos.

Dessa mesma forma, encaram algumas pessoas poliamoristas: em 2012 foi lavrada uma Escritura Pública de União Poliafetiva na cidade de Tupã no interior de São Paulo, pela tabeliã Cláudia do Nascimento Domingues, com o intuito de reconhecer a união entre duas mulheres e um homem, podendo ser considerado o primeiro registro desse tipo no Brasil (IBDFAM, 2012).

De 2012 até os dias de hoje, o poliamor não só tem estado em evidência, como há outros casos de pessoas que foram ao cartório manifestar sua vontade de oficializar uma relação poliafetiva. Não bastasse as dificuldades de encontrar um tabelião disposto a firmar a escritura, em 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proibiu os cartórios de fazerem escrituras públicas de uniões poliafetivas. Maria Berenice Dias, desembargadora aposentada e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), se posicionou afirmando que assim como não cabe ao notário aceitar ou negar fazer qualquer tipo de transcrição, também não trabalha criando direitos, mas limita-se a colocar os fatos num documento, a dar publicidade ao fato. Nessa lógica, Maria Berenice Dias ainda afirma que a proibição em nada afeta as escrituras poliafetivas já realizadas, já que se trata apenas de uma manifestação de vontade (IBDFAM, 2018).

Dessa forma, fica o questionamento: assim como as famílias homoafetivas, por exemplo, anteriormente negligenciadas e hoje reconhecidas e tuteladas como entidades familiares, as uniões poliamorosas podem de fato ser reconhecidas como família e gerarem efeitos jurídicos como tal?

Como já apresentado, as relações poliamorosas podem sim ser reconhecidas como entidades familiares, desde que respeitados os requisitos constitucionais e tenham a afetividade ligada ao ânimo de constituir família. E esse aspecto volitivo mostra-se importantíssimo no reconhecimento da relação e entidade social em algo capaz de produzir efeitos jurídicos. Isso porque, se os integrantes da relação se identificam recíproca e socialmente como uma entidade

familiar conjugal, estando esta pautada pela “afetividade, publicidade, continuidade, durabilidade e identificação recíproca como integrantes de uma família” (CUNHA PEREIRA, 2021, p. 193), configura-se o conceito material de arranjo familiar que pode – e deve – ser reconhecido como digno de proteção (LÔBO, 2008, p. 60-61).

O poliamor, assim como a monogamia, é uma preferência pessoal, logo, não pode ser adotado como universal e obrigatório. Entretanto, também não pode ser excluído de tutela jurídica, pois isso fere a liberdade e a dignidade pessoal do indivíduo e representa uma intervenção desnecessária do Estado na vida particular das pessoas.

Ademais, é possível que uma relação poliamorosa dê origem à uma união estável. Segundo o artigo 1.723 do Código Civil, preenchidos os requisitos da convivência pública, contínua e duradoura, guiados para a constituição de família tem-se uma união estável. Não há mais nenhuma exigência, não existe palavra referente à exclusividade. Verificadas a orientação para a constituição de família, a estabilidade, a continuidade, a convivência pública e a ausência de impedimento constitucional têm-se que o poliamor pode verdadeiramente dar origem a uma união estável.

Cabe, no entanto, um certo cuidado com a convivência pública, afinal é impossível exigir uma publicidade mais que plena de relações poliamorosas devido ao preconceito e discriminação que essas pessoas podem vir a sofrer. É possível que as pessoas vivam um relacionamento de forma reservada, com discrição, mas ainda assim viverem como se casados fossem.

Apesar de a lei ter usado o vocábulo **público** como um dos requisitos para caracterizar a união estável, não se deve interpretá-lo nos extremos de sua significação semântica. O que a lei exige é **notoriedade**. Há uma diferença de grau, uma vez que tudo que é público é notório, mas nem tudo que é notório é público. A **publicidade** denota a notoriedade da relação no meio social frequentado pelos companheiros, objetivando afastar da definição de entidade familiar relações menos compromissadas, nas quais os envolvidos não assumem perante a sociedade a condição de "como se casados fossem" (DIAS, 2015, p. 244) (grifo nosso).

Da mesma forma que pode dar origem a uma união estável, uma união poliafetiva pode dar origem também a um casamento, visto que são institutos sinônimos e não há maior proteção a um em detrimento do outro, ambos são tutelados igualmente pelo Estado, afinal a tutela é voltada para as pessoas não para o instituto em si. Cumprindo os mesmos requisitos para um casamento monogâmico dispostos no artigo 1.514 do Código Civil, o poliamor pode, sim, resultar em um matrimônio.

Quanto ao impedimento de pessoa casada e ao crime de bigamia, estruturados respectivamente, no inciso VI do artigo 1.521 do Código Civil⁶ e no artigo 235 do Código Penal⁷, pode-se afirmar que são, de certa forma, inconstitucionais já que ferem o artigo 226 da Constituição⁸, que trata da proteção especial à família.

Ademais, como ressaltam Andrade Junior e Stefaniak (2017, p. 121), discordando dos que afirmam incidir no crime de bigamia aqueles que se estabelecem num regime familiar de poliamor, argumentam que:

O fato é que o crime de bigamia somente restaria configurado quando uma pessoa, já casada e não separada/divorciada, viesse a contrair novo casamento. Por aplicação do princípio da reserva legal, não há como reconhecer a multiplicidade de vínculos da união estável neste tipo penal, sendo improcedentes as alegações de que tal conduta configuraria crime.

Além disso, leis obsoletas, preconceituosas e excludentes, que impõem a monogamia como único padrão correto a ser seguido, perpetuando apenas outras entidades familiares e colocando o poliamor à margem do ordenamento jurídico, tornam-se leis meramente punitivas, eis que estas entidades familiares continuarão existindo, mas sendo privadas da tutela do Estado.

Assim, mesmo com a existência do impedimento às pessoas casadas de formarem união estável e novos casamentos, o poliamor é capaz de dar origem a verdadeiras entidades familiares, que se fundam no afeto e são funcionalizadas à promoção e ao desenvolvimento da dignidade de seus integrantes: famílias que podem preencher os requisitos da união estável, bem como do casamento, e que geram efeitos pessoais e patrimoniais na esfera jurídica de cada um de seus membros, necessitando de regulação por parte do Direito (SANTIAGO, 2015, p. 216).

⁶ CC/02. Art. 1.521. Não podem casar: [...] VI - as pessoas casadas; [...].

⁷ CP/40. Art. 235 - Contrair alguém, sendo casado, novo casamento: Pena - reclusão, de dois a seis anos. § 1º - Aquele que, não sendo casado, contrai casamento com pessoa casada, conhecendo essa circunstância, é punido com reclusão ou detenção, de um a três anos. § 2º - Anulado por qualquer motivo o primeiro casamento, ou o outro por motivo que não a bigamia, considera-se inexistente o crime.

⁸ CF/88. Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração. § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei. § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

As famílias poliafetivas, assim como qualquer outra entidade familiar, geram efeitos jurídicos, seja no que tange a filiação até mesmo questões de Direito Sucessório. Entretanto, atualmente essas questões existem e são deixadas de lado propositalmente devido a inércia do Estado em tutelar as famílias poliamorosas. Dessa maneira, tornando legalmente possível juridicamente uma união poliamorosa, garante-se também, e de imediato, o Direito Sucessório dos envolvidos, já que possuem liberdade de escolher o regime de bens que os interessar. Se, por exemplo, os integrantes decidirem pela adoção da comunhão parcial de bens, em caso de dissolução (por ato *inter vivos* ou *mortis causa*) divide-se os bens adquiridos na constância do casamento/união estável como disposto no artigo 1.658 e 1.725.⁹

No que se refere à filiação, é importante salientar que é plenamente possível e se aplica a diversas famílias, não só famílias poliamorosas, pois, como bem sabido, a multiparentalidade atualmente é uma realidade (e seu amálgama é o afeto e solidariedade entre os pais e mães e seus filhos). Assim, o raciocínio que se processa é o seguinte:

Para tanto é preciso ter em conta que ‘o filho com multiparentalidade tem herança de todos os seus pais’, este fato, aliado às diretrizes constitucionais de proteção à família, inclusive sobre o aspecto patrimonial, conduz à conclusão de que, por consequência, ‘todos os seus pais devem ter herança no caso do seu falecimento’ (PAIANO, 2017, p. 188).

Também é falacioso argumentar que crescer em um lar poliamoroso faz mal à criança. Crianças necessitam de amor, conforto, segurança e de um lar que promova sua dignidade e personalidade. Em pesquisa pela *internet* é possível encontrar relatos de pessoas que cresceram em um lar poliamoroso como é o caso de Benedict Smith que afirma justamente que ao ter mais adultos em casa obteve muito mais amor e suporte. Segundo Benedict, “bons pais são bons pais, seja um, dois, três ou quatro deles. Felizmente, os meus eram incríveis” (SMITH, 2015). Infere-se, assim, que é totalmente possível uma pluriparentalidade aplicada a famílias poliamorosas já que o que de fato importa é um comprometimento dos pais com o desenvolvimento positivo da criança.

⁹ Artigo 1.658. No regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal na constância do casamento, com as exceções dos artigos seguintes. Artigo 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

Outrossim, é importante evidenciar que os efeitos jurídicos citados acima não são taxativos, pois podem se estender para outros ramos do Direito e outras problemáticas não citadas como, por exemplo, a adoção por pais poliamorosos.

Pode-se observar, portanto, que não é possível descrever todas as realidades fáticas do poliamor. É papel do magistrado analisar cada caso e garantir a dignidade de todos os integrantes e sempre tendo em mente que é possível que os efeitos de uma família poliamorosa repercutam em outra. Mais uma vez, o essencial é tutelar essas famílias garantindo, de maneira plena, os Direitos Fundamentais de cada integrante e também do arranjo familiar que lhes foi o mais adequado.

Pessoas poliamoristas ou com práticas não tradicionais de relacionamento - ou seja, não pautada na monogamia convencional - estão presentes no mundo desde sempre como já apresentado, apesar disso o preconceito e a discriminação com essas pessoas ainda persistem. E esta postura não condiz com,

[...] o espírito não discriminatório notoriamente imanente à nossa Constituição, que veda preconceitos de quaisquer espécies (art. 3º, IV) e que positivou a união estável como forma de superação da discriminação das famílias não matrimonializadas, sendo descabido interpretar normas que tiveram intuito inclusivo de forma discriminatória (VECCHIATTI, 2014).

O julgamento muitas vezes aparece no ambiente de trabalho, na família, na comunidade religiosa, na vizinhança e, claro, na legislação que se recusa a reconhecer o poliamor como entidade familiar e proteger seus integrantes.

Por este prisma, de forma alguma o preconceito de uns pode impedir outros de terem seus direitos garantidos. A História ensina que, *a priori*, as pessoas tendem a não reconhecer e a refutar algumas posturas – tal como ocorreu com o divórcio, o “concubinato”, a bastardia – mas pela repetição contínua ocorrente no seio social, passam a olhar essas situações de modo diverso, sendo que o reconhecimento legal dos mesmos, se não põe fim ao preconceito e repulsa, ao menos diminui a prática de exclusão.

Isto porque, se o não reconhecimento de certas práticas possa até fazer sentido em dadas épocas (o CC de 1916 não previa o divórcio e a sociedade era veementemente contrária a ele, embora casais se desunissem de fato, sempre farão com que haja o impedimento de outros direitos (no caso do divórcio, impedia que as pessoas contraíssem novo matrimônio...)).

E impedimentos dessa natureza soe tem ocorrido com as uniões poliamorosas, fazendo hoje, da mesma forma, muito pouco sentido, eis que, neste tipo de união, os parceiros são concordes com a situação, não havendo que se falar em deslealdade ou infidelidade, muito menos de má fé, passo em que a sua vedação é mera ingerência do Estado na intimidade da família em questão, impedindo que possuam direitos e deveres naturais da relação familiar e também que fiquem à margem da proteção estatal caso haja alguma situação de vulnerabilidade (VECCHIATTI, 2014).

E enquanto a sociedade e a lei censuram pessoas poliamorosas, estas encontram meios de se apoiar mutuamente seja pela *internet* em grupos nas redes sociais, seja por grandes encontros anuais ou mesmo por meio de publicação de livros contando a sua experiência. O livro “Ética do amor livre” de Janet W. Hardy e Dossie Easton traduzido para o português pela primeira vez em 2019, contém muita informação sobre relações não convencionais. As autoras dão dicas de desde o que seria um amor livre ético até como se comportar para evitar maiores preconceitos, porém se mantém esperançosas ao dizerem que

Acreditamos que novas formas de famílias estão evoluindo agora e continuarão a evoluir, não para substituir a família nuclear, mas para complementá-la com novas possibilidades: um mundo inteiro de escolhas sobre como compartilhar família, sexo e amor [...] (HARDY; EASTON, 2019, p. 341).

Assim, é necessário reconhecer justamente as transformações que vem ocorrendo ao longo dos anos, sobretudo na esfera familiar. Como as autoras Janet e Dossie já mencionaram, não se trata de uma substituição da família nuclear e sim uma complementação, novas possibilidades. Todas as formas de amor devem ser válidas e respeitadas não deixadas à margem como se tem feito até então. E cabe ao Direito dar o primeiro passo a fim de garantir direitos e incluir pessoas que escolheram formas não tradicionais/convencionais de pertencer a uma família.

6 Considerações finais

Estudar Direito das Famílias é sempre estar atento e de olhos bem abertos para a realidade fática. Como já exposto, as famílias sofreram diversas transformações ao longo da existência humana na Terra e estas continuam ocorrendo, de forma que nunca é o bastante e exaurido por completo o estudo sobre as entidades familiares.

Sobretudo, cabe ao Direito adequar-se as mudanças, garantindo assim proteção as pessoas e não prendendo-se a letras legais ultrapassadas ou preconceitos.

Nesse estudo analisou-se de forma geral o poliamor, que se pode definir como sendo uma identidade relacional de pessoas reais capazes de amarem mais de uma pessoa ao mesmo tempo, rejeitando a monogamia como padrão de relacionamento.

Constata-se que sim, o poliamor pode ser reconhecido como uma entidade familiar, afinal cumpre os requisitos constitucionais e básicos para se constituir uma família. No entanto, percebe-se uma inércia do Estado em tutelar famílias poliamorosas, se valendo de argumentos falaciosos como a monogamia como princípio norteador do Direito das Famílias ou mesmo de um insistente preconceito por parte dos legisladores e da sociedade civil.

Dessa forma, compreende-se viável o casamento e a união estável entre pessoas poliamorosas, visto que não há de fato impedimentos constitucionais para estas pessoas firmarem um compromisso legal. É dever do Estado e do Direito proteger as pessoas da relação e não um instituto. Além disso, demonstrou-se de forma exemplificativa alguns efeitos jurídicos que podem surgir de uma família poliamorosa como a pluriparentalidade e questões de Direito Sucessório. Com certeza existem muitos mais efeitos do que os citados, porém todo caso é único e é essencial que o magistrado faça seu papel de analisar cada processo garantindo o máximo de dignidade e proteção as pessoas envolvidas.

Aos poucos já se percebe um avanço no reconhecimento, por exemplo, de uniões entre homossexuais, logo por qual motivo o poliamor permanece desprovido de tutela e reconhecimento?

Atualmente, a família não é vista mais como fim e sim como um meio de garantir o desenvolvimento da personalidade de todos os envolvidos, portanto não há mais espaço para a proteção de um único modelo familiar tradicional. Pessoas são plurais, suas maneiras de se relacionarem também e, conseqüentemente, existem famílias plurais.

Infere-se, então, a qualidade de entidade familiar ao poliamor, mas não obstante é necessário que a legislação de fato reconheça-o desta forma, a fim de garantir direitos a todos os membros da relação e da família, pois estas pessoas existem na realidade e não podem mais ser negligenciadas apenas pela sua forma não convencional de relacionar-se com outras. É essencial que o Direito das Famílias tutele todas as formas de famílias existentes, sem qualquer distinção.

Referências

ANDRADE JUNIOR, Carlos Gustavo de; STEFANIAK, Jeaneth Nunes. União estável poliafetiva: possibilidade jurídica. In: PEREIRA, Dirce do Nascimento; CCONSALTER, Zilda Mara. (Orgs.) **Arranjos familiares e alguns temas correlatos**. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

BRASIL. **Código Civil**, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 3. Ed. São Paulo: EDIPRO, 2019. (Série Legislação).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.presidencia.gov.br. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. Decreto Lei 2848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 01 mar. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277/DF**. Relator: Ministro Ayres Britto, 5 de maio de 2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 11 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA-CNJ. Associação de Direito de Família e das sucessões. **Ofício circular CGJES 016/2016**. Vitória, ES, 02 maio 2016.

CUNHA PEREIRA, Rodrigo da. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. Disponível em: [https://pdf.zlibcdn.com/dtoken/2aeab23cd436a3d4544a186b8f691fcc/Manual_de_Direito_das_Fam%C3%ADias_by_Maria_Berenice_D_5347755_\(z-lib.org\).pdf](https://pdf.zlibcdn.com/dtoken/2aeab23cd436a3d4544a186b8f691fcc/Manual_de_Direito_das_Fam%C3%ADias_by_Maria_Berenice_D_5347755_(z-lib.org).pdf). Acesso em: 16 set. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. 5. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2020.

HARDY, Janet W; EASTON, Dossie. **Ética do amor livre**: guia prático para poliamor, relacionamentos abertos e outras liberdades afetivas. São Paulo: Elefante, 2019.

IBDFAM. CNJ proíbe cartórios de fazerem escrituras públicas de uniões poliafetivas. Notícias, Belo Horizonte, 26 jun. 2018. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/noticias/6672/CNJ+pro%C3%ADbe+cart%C3%B3rios+de+fazerem+escrituras+p%C3%BAblicas+de+uni%C3%B5es+poliafetivas>. Acesso em: 7 jan. 2021.

IBDFAM. Escritura reconhece união afetiva a três. Notícias, Belo Horizonte, 21 ago. 2012. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/4862/novosite>. Acesso em: 7 jan. 2021.

IOTTI, Paulo. Famílias paralelas e poliafetivas devem ser reconhecidas pelo Judiciário. **Revista Consultor Jurídico**. Brasil, 5 ago. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-ago-05/paulo-iotti-familias-paralelas-poliafetivas-reconhecidas#:~:text=Fam%C3%ADias%20paralelas%20e%20poliafetivas%20devem%20ser%20reconhecidas%20pelo%20Judici%C3%A1rio&text=Aqui%20na%20revista%20Consultor%20Jur%C3%ADico,pr%C3%A9vio%20casamento%20como%20entidade%20familiar>. Acesso em: 21 fev. 2021.

KLESSE, Christian. Polyamory and its 'Others': Contesting the Terms of Non-Monogamy. **Revista Sexualities**, v. 9(5), 2006. Disponível em: <http://www.brown.uk.com/poly/klesse.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

LINS, Regina Navarro. **Novas formas de amar**. Brasil: Planeta, 2017.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor: do iluminismo à atualidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2020. v. 2.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor: da pré-história à renascença**. 6. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017 v. 1.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Tradução de Mariano Ferreira. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LÔBO, Paulo. **Famílias**, São Paulo: Saraiva, 2008.

MONOGAMY, Explained. Produção: Ranjani Chakraborty. Estados Unidos: Netflix Studios, 2018. 1 vídeo (18 min). Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80216752>. Acesso em: 5 maio 2020.

OLIVEIRA ROTONDANO, Ricardo. Entre monogamia e poliamor: o futuro da família no Brasil. **Revista de la Facultad de Derecho**. Montevideo, n. 44, p. 244-275, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-06652018000100244&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 ago. 2020.

PAIANO, Daniela Braga. **A família atual e as espécies de filiação: da possibilidade jurídica da multiparentalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

PAIANO, Daniela Braga; ESPOLADOR, Rita de Cássia Resquetti Tarifa (coords.). **Relações jurídicas familiares sob uma ótica contemporânea: volume II**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

PASSOS, Anderson. Família de ontem e de hoje: estudo sobre os aspectos constitucionais e civis do Poliamor. **Letras Jurídicas**, Maceió, Ano 52, n.º 1, págs. 50-62, dez. 2014.

PILÃO, Antonio Cerdeira; GOLDENBERG, Mirian. Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias. **Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, v. 13, n. 1, 20 jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/14231>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PILÃO, Antonio Cerdeira. Reflexões sócio- Reflexões sócioantropológicas sobre Poliamor e amor romântico. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, Brasil, v. 12, n. 35, p. 505-524, 2013. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/PilaoArt%20Copy.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

POLIAMOR. In: Dicionário **Michaelis** da Língua Portuguesa. Brasil: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=V4bGB>. Acesso em: 10 set. 2020.

PORTELA, Marcel Fortes de Oliveira. **A família como instituição garantida pela constituição em face da poliafetividade: uma análise do reconhecimento judicial de famílias simultâneas**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/4718/1/2012_MarcelFortesdeOliveiraPortela.pdf. Acesso em: 1 maio 2020.

REIS, Janaina Batista Gonzalez. **A construção de um relacionamento na perspectiva do poliamor**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Anna Isabella de Oliveira; VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. Poliamor: Conceito, Aplicação e Efeitos. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir/UFRGS**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, fev. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/72546>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SANTIAGO, Rafael da Silva. **Poliamor e direito das famílias: Reconhecimento e Consequências Jurídicas**. Curitiba: Juruá, 2015.

SILVA, Vania Sandeleia Vaz Da. Estudos Acadêmicos Sobre o Poliamor. **Tempo da ciência**, Toledo, v. 25, p. 6-11, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/18974>. Acesso em: 1 maio 2020.

SILVA PEREIRA, Caio Mário. **Instituições de direito civil: direito de família**. Vol. V. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SMITH, Benedict. **I Grew Up In A Polyamorous Household**. Vice, 2 jun. 2015. Disponível em: <https://www.vice.com/en/article/9bgy5z/i-grew-up-in-a-polyamorous-household-528>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SOUZA, Eloisio Moulin de. Pós-modernidade nos estudos organizacionais: equívocos, antagonismos e dilemas. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, Jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000200003. Acesso em: 19 abr. 2021.

TEOBALDO, Pedro. **União poliafetiva no direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.

UOL (São Paulo). Número de casamentos cai 1,6% e divórcios aumentam 3,2% entre 2017 e 2018. **UOL - cotidiano**, São Paulo, 4 dez. 2019. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/04/numero-de-casamentos-cai-16-e-divorcios-aumentam-32-entre-2017-e-2018.htm>. Acesso em: 9 out. 2020.

UOL (São Paulo). Cartórios registram aumento de 18,7% nos divórcios durante a pandemia. **UOL - cotidiano**, São Paulo, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2020/07/22/cartorios-registram-aumento-de-187-nos-divorcios-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em: 9 out. 2020.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Famílias paralelas e poliafetivas devem ser reconhecidas pelo Judiciário. **Revista Consultor Jurídico**. 5 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014ago05/Pauloiottifamiliasparalelaspoliafetivasreconhecidas>. Acesso em: 23 abr. 2021.

VENÂNCIO, Alexandre. **Poliamor & relacionamento aberto**: Guia ilustrado para dominar a arte da sexualidade plural. Brasil: Panda Books, 2017.